

Normas Sociais de Gênero e Perspectivas da Participação das Mulheres no Mercado de Trabalho: Avanços e Possibilidades

Social Gender Norms and Perspectives of Women's Participation in the Labor Market: Advances and Possibilities

*Bianca Araci de Figueiredo¹
Hylio Laganá Fernandes²*

Resumo

Com a consolidação do sistema capitalista no século XIX, o mercado de trabalho passou por grandes transformações. A inserção e o crescimento da participação feminina foi uma das mudanças mais significativas ocorridas. Entretanto, em algumas atividades a presença das mulheres é rara e o enfrentamento de discriminações grande. Esse trabalho buscou discutir percepções de estudantes sobre diferentes possibilidades de carreiras para mulheres e homens e o papel que a disciplina Biologia pode cumprir na desconstrução dessa diferença. A pesquisa foi realizada com estudantes de 16 a 18 anos de uma escola periférica do interior de São Paulo. Observou-se que a aprendizagem cultural das normas de gênero impacta a vida profissional das mulheres através de restrições baseadas no sexo biológico.

Palavras-chave: Mercado e Trabalho; Mulheres; Normas de Gênero; Sexo.

Abstract

With the consolidation of the capitalist system in the nineteenth century, the labor market underwent major transformations. The insertion and growth of female participation was one of the most significant changes that occurred. However, in some activities the presence of women is rare and the discrimination facing great. This work sought to discuss students' perceptions about different career possibilities for women and men, and the role that Biology can play in the deconstruction of this difference. The research was carried out with students aged 16 to 18 from a peripheral school in the interior of São Paulo. It has been observed that cultural learning of gender norms impacts the professional life of women through restrictions based on biological sex.

Keywords: Labor Market; Women; Gender Norms; Sex.

¹ Mestra em Educação - Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - Sorocaba, SP - Brasil. **E-mail:** bi1277@hotmail.com

² Doutor em Educação - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Campinas, SP - Brasil. Professor do Departamento de Ciências Humanas e Educação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - Sorocaba, SP - Brasil. **E-mail:** hyliolafer@gmail.com

Submetido em: 21/11/2018 - **Aceito em:** 01/06/2019

1 Panorama: Construção da Mão-de-Obra das Mulheres

Por meio da cultura, as sociedades ocidentais produzem símbolos e significados que norteiam os aspectos sociais da vida humana. Noções estereotipadas de mulher e homem, cada qual com características específicas e marcantes, delimitam possibilidades e impossibilidades para condutas, carreiras, desejos e perspectivas de futuro a partir do nascimento; ou seja, através do sexo biológico traçam-se destinos, oportunidades e consequentemente desigualdades (LOURO, 2014; HALL, 2011). Na escola a disciplina Biologia, ao apresentar a reprodução dos seres vivos (inclusive humanos) pautada no binarismo machos-fêmeas, com suas respectivas diferenças e atributos físicos, pode ser um fator a reforçar essa perspectiva.

Contudo, hoje, o que compreendemos como mulheres e homens está passando por transformações, muitas vezes sutis, mas que remontam um longo processo histórico de movimentos e lutas de resistência aos padrões culturais hegemônicos (COSTA, 2005). Similarmente, as mudanças paradigmáticas vêm, ao longo da história, modificando a relação das mulheres com o mercado de trabalho e as carreiras profissionais.

Com a consolidação mundial do sistema capitalista industrial e financeiro, no século XIX, o mercado de trabalho passou por grandes transformações, experimentando profundas modificações nos sistemas de produção e de capital. Nesse momento da história a mão de obra também foi sendo modificada, de modo que a inserção e o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho foi uma das mudanças sociais mais significativas já ocorridas (PROBST, 2013; BRUSCHINI; PUPPIN, 2004).

No Brasil não foi diferente, gradativamente as mulheres foram conquistando espaços no mercado de trabalho e quebrando barreiras culturais para se tornarem economicamente ativas. Nesse novo contexto, alguns dispositivos legais trabalhistas foram criados para proteger as mulheres, de modo a evitar trabalhos insalubres, de longas jornadas e prejudiciais às mulheres grávidas. Entretanto, ainda que houvesse vestígios de proteção à mão de obra feminina, muitos abusos e explorações foram cometidos (PROBST, 2013).

Com a inserção das mulheres no mercado de trabalho elas passaram a exercer jornada dupla: no espaço público e no privado. Ou seja, depois do trabalho profissional ainda há o trabalho doméstico, realizado quase exclusivamente pelas mulheres, já que pela cultura hegemônica tradicional o cuidado com o lar é responsabilidade feminina. Há, portanto, a

necessidade de conciliar o trabalho doméstico e profissional. Hirata e Kergoat (2007) denominam essa divisão de papéis como “modelo de conciliação”, no qual homens e mulheres seriam beneficiados por meio da reorganização das atividades cotidianas. Com base na cultura patriarcal predominante de que o homem é o provedor da família, as mulheres continuaram a ter o seu trabalho desvalorizado, recebendo salários inferiores (PROBST, 2013).

Por influência dos movimentos feministas da década de 1970, especialmente na França, o trabalho foi objeto de questionamento e crítica por parte das mulheres da época. A percepção de que o trabalho feminino até então realizado nos lares não era considerado “trabalho” e, portanto, não era fonte de prestígio, levou à necessidade de discutir a divisão sexual do trabalho. E como resultado,

[...] torna-se então coletivamente “evidente” que uma enorme massa de trabalho é efetuada gratuitamente pelas mulheres, que esse trabalho é invisível, que é realizado não para elas mesmas, mas para outros, e sempre em nome da natureza, do amor e do dever materno (HIRATA; KERGOAT, 2007, pág. 597).

Em prol da imagem da mulher amável e dedicada, o trabalho doméstico foi divulgado com a finalidade de atender as necessidades do marido e dos filhos, de modo que o prazer da mulher estava em agradá-los. Nunca o trabalho doméstico era realizado para a própria mulher. Uma das principais aspirações das mulheres brancas de classe média foi, e ainda é, a desconstrução desse estereótipo da mulher como dona de casa, submissa, frágil, maternal e amável. A luta feminista se construiu visando a participação e discussão política da sua condição como ser social (MIGUEL; TONELLI, 2008; COSTA, 2005; LOURO, 2014).

Pouco a pouco, nos estudos de ciências sociais, os afazeres domésticos foram sendo caracterizados e conceituados como trabalho, surgindo então duas esferas: o trabalho doméstico e o trabalho profissional. Por meio dessa diferenciação, as reflexões teóricas sobre a divisão sexual do trabalho tomaram fôlego. Por outro lado, como alertam Hirata e Kergoat (2007), há um imenso abismo entre modelo e realidade social.

No “modelo de conciliação” busca-se a divisão igualitária entre mulheres e homens, tanto do trabalho profissional quanto do trabalho doméstico. Entretanto, na prática esse modelo não possui ressonância, cabendo apenas as mulheres conciliar as duas atividades. As lentas transformações culturais, muito como reflexo dos obstáculos educacionais enfrentados no

Brasil, dificultam a solidariedade no trabalho doméstico e mascaram os dados sobre divisão sexual do trabalho (HIRATA E KERGORAT, 2007). De modo que, tradicionalmente, a

[...] forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). [...] rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuados que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA; KERGOAT, 2007, pág. 599).

Contudo, contrariando a perspectiva tradicional e a cultura patriarcal, na atualidade não existe campo de trabalho que não se possa encontrar mulheres exercendo atividades profissionais. Elas conquistaram espaço na ciência, na política, no meio empresarial, etc. O acesso à educação está ampliando as áreas de atuação profissional das mulheres e as qualificando para setores tradicionalmente ocupados por homens (LANDERDAHL *et al.* 2013; PANSERA, 2014).

Hoje as mulheres são extremamente competitivas no mercado de trabalho e se dedicam tanto à vida profissional quanto os homens. Entretanto, em algumas atividades, assim como em cargos de destaque, a presença das mulheres ainda é rara e o enfrentamento de discriminações é grande. Diversos estudos relatam, por exemplo, desigualdades salariais entre mulheres e homens, mas também constatam que estes cenários estão sendo modificados (PANSERA, 2014; PROBST, 2013; LANDERDAHL, 2013; BRUSCHINI; PUPPIN, 2004).

É inegável que muitos direitos foram conquistados pelas mulheres ao longo dos séculos XX e XXI, melhorando sua condição. Porém, as desigualdades sociais que perpassam a condição das mulheres acabam por dificultar o reconhecimento e o exercício dos seus direitos.

Na visão de Scavone (2001), o corpo carrega signos culturais fazendo fronteira entre o individual e o social, não podendo ser esses fatores ignorados pelo ensino de Biologia. Tais desigualdades sociais, pautadas no campo biológico, exigem uma movimentação do aparato educativo, visto que o ensino de Biologia está intimamente relacionado as normas de gêneros e aos significados que são atribuídos aos corpos, na medida que tradicionalmente apresenta o modelo de reprodução sexuada com dois sexos, distintos em forma e função. No esteio dessas constatações, temos trabalhos que apontam que as imagens de livros didáticos de Ciências reforçam essas normas de gênero (ROSA E SILVA, 2015; DINIZ E SANTOS, 2011?).

Aos professores de biologia cabe ensinar a reprodução dos seres vivos, incluída a dos humanos, de modo que se faz necessário o rompimento entre conceitos de sexualidade e reprodução para possibilitar a desconstrução do determinismo biológico nas representações sociais das mulheres, inclusive para o mercado de trabalho e carreiras profissionais (ALTMANN, 1998).

2 A Pesquisa: Proposta e Execução

O ensino de Biologia está completamente envolto pelas questões de gênero, de modo que as distinções biológicas, ou melhor, as distinções sexuais, são frequentemente utilizadas para justificar as desigualdades sociais. Com a intenção de desconstruir os discursos biologizantes, é imprescindível que professoras e professores passem a abordar as diferenças biológicas por meio de reflexões sociais, mostrando que decorre de como as características são representadas ou valorizadas, pensadas e construídas, que vão constituir o que é feminino e masculino. Ou seja, não se trata de negar a Biologia, mas agregar ao ensino a construção histórica e social da diferença e suas consequências (LOURO, 2014).

O modelo teórico-metodológico adotado nesse trabalho é de natureza qualitativa e a pesquisa foi desenvolvida por meio da observação participante. À realidade são atribuídos sentidos, sobre os quais os sujeitos interpretam e (re)significam suas práticas, de modo que a interação pesquisador-informantes permite a compreensão de como são construídos os sentidos de importância para o grupo (OLIVEIRA, 2008; MINAYO, 2001).

Por meio da utilização de imagens simbólicas de profissões (QUADRO 1), esse trabalho teve como objetivo discutir possibilidades de carreiras para mulheres e homens a partir de representações de feminilidades e masculinidades. Através da reflexão das normas sociais de gênero buscamos questionar as barreiras enfrentadas por mulheres na escolha profissional, os avanços conquistados e as possibilidades.

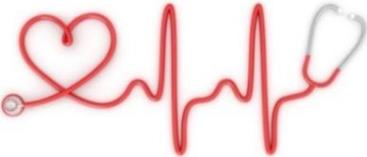
Essa pesquisa foi desenvolvida com estudantes do terceiro ano do ensino médio, de 16 a 18 anos, de uma escola periférica do interior de São Paulo. A dinâmica da atividade propunha a separação de quinze imagens representativas de áreas profissionais em três categorias: “mulher”, “mulher e homem” e “homem”. Através dessa dinâmica os estudantes puderam discutir e reavaliar suas próprias perspectivas e práticas a respeito da distinção de atividades

tradicionalmente atribuídas a homens ou mulheres, pondo em dúvida padrões culturalmente impostos.

Essa atividade foi realizada ao final de um ano de imersão na escola campo, período em que foram realizados registros de situações e falas significativas, o que permitiu a análise sistemática dos dados e maior diretividade investigativa de crenças, valores, sentimentos, comportamentos e representações durante a atividade proposta (GONDIM, 2003; VEIGA & GONDIM, 2001).

Por estarmos inseridos em uma sociedade que atribui normas sociais diferenciadas para mulheres e homens com o discurso da naturalização biológica, é esperado que as percepções de normatizações e opressões se apresentem em patamares distintos para mulheres e homens. Portanto, a atividade foi realizada em dois momentos: um com as meninas e outro com os meninos. Os dois grupos foram dispostos em rodas para classificar as imagens e discutir as categorias. A participação da pesquisadora foi de moderadora das discussões, em prol de ampliá-las e problematizá-las.

QUADRO 1. Lista de imagens representativas de áreas profissionais. Material utilizado na dinâmica de separação de imagens.

ÁREAS PROFISSIONAIS		
<p>ENGENHARIA</p>  <p>Fonte: Página Web Crateus</p>	<p>COLETA DE LIXO</p>  <p>Fonte: Página Mercado Livre</p>	<p>ENTREGA DE PIZZA</p>  <p>Fonte: Elaborada pela autora</p>
<p>EDUCAÇÃO</p>  <p>Fonte: Página Blog eu vou passar</p>	<p>DIREÇÃO DE CINEMA</p>  <p>Fonte: Elaborada pela autora</p>	<p>EMPREGO DOMESTICO</p>  <p>Fonte: Elaborada pela autora</p>
<p>MEDICINA</p>  <p>Fonte: Página Stabilis Psiquiatria e Psicoterapia</p>	<p>CABELEIREIRO</p>  <p>Fonte: Página Empreendedores web</p>	<p>ARQUITETURA</p>  <p>Fonte: Página do Istockphoto</p>
<p>ADVOCACIA</p>  <p>Fonte: Página Híperguia</p>	<p>ELÉTRICA</p>  <p>Fonte: Página Cliquei Achei</p>	<p>MARCENARIA</p>  <p>Fonte: Página Como fazer em casa</p>
<p>AVIAÇÃO</p>  <p>Fonte: Fotografia Monjardim, página brfoto</p>	<p>MECÂNICA</p>  <p>Fonte: Estadão, Jornal do Carro</p>	<p>CONSTRUÇÃO CIVIL</p>  <p>Fonte: Página Só cursos gratuitos////</p>

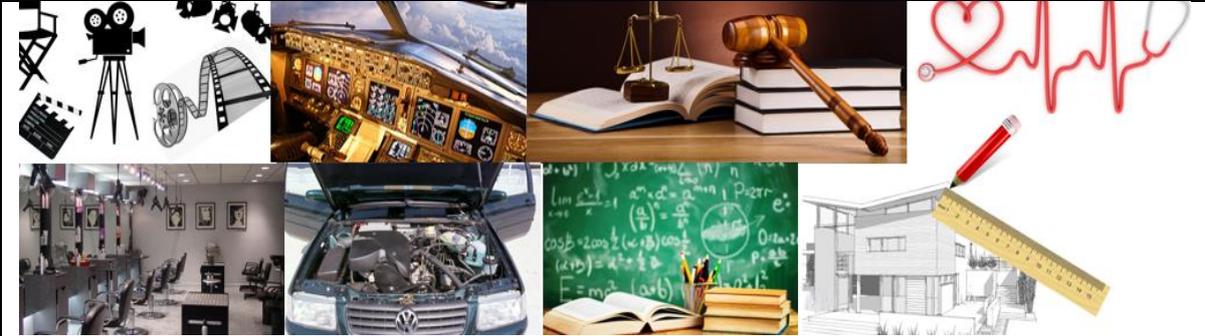
3 Repensando as Profissões

Os resultados obtidos com a dinâmica de separação de imagens estão dispostos no Quadro 2 e no Quadro 3. O Quadro 2 apresenta a categorização de áreas profissionais realizadas pelas meninas, enquanto que o Quadro 3 apresenta a realizada pelos meninos.

Quadro 2. Categorização das imagens representativas de áreas profissionais: MENINAS.

O QUE É DE ... ?	
“MULHER”	“HOMEM”
X	
“MULHER E HOMEM”	
	

Quadro 3. Categorização das imagens representativas de áreas profissionais: MENINOS.

O QUE É DE ... ?	
“MULHER”	“HOMEM”
	
“MULHER E HOMEM”	
	

Na perspectiva das meninas, nenhuma das profissões apresentadas configura atividade de realização exclusiva de mulheres. Por outro lado, afirmam que profissões ligadas a elétrica, coleta de lixo, mecânica e marcenaria devem ser realizadas apenas por homens.

Trabalhos ligados a eletricidade são considerados na fala das meninas como perigosos, e portanto não devem ser realizados por mulheres, pois “os homens são mais corajosos” e as mulheres por serem as principais responsáveis pelo cuidado com os filhos não podem escolher profissões que apresentam riscos.

No trabalho de coleta de lixo realizada por meio de caminhões é rara a presença de mulheres, esse fato foi apresentado por duas estudantes como influenciadores da categorização realizada. Porém, ao analisarem as exigências da atividade as meninas chegaram à conclusão de que essa não é uma atividade que deve ser realizada por mulheres em decorrência do grande esforço físico exigido pela profissão. Elas alegam que a necessidade de condicionamento físico para correr e levantar peso, no sol e na chuva, favorece o desenvolvimento da atividade pelos homens. E ao considerarem o mau cheiro do lixo as meninas delegaram a atividade, ainda com

mais firmeza, para os meninos, por meio da argumentação de que as mulheres “gostam de estar sempre cheirosas e perfumadas”.

Quanto as profissões de marcenaria e mecânica a atribuição destinada exclusivamente aos homens se deu por conta de serem atividades que demandam força e que fazem muita sujeira. E, a mulher por ser considerada delicada e cuidadosa com a aparência não “combina” com essas profissões; embora reconheçam que há mulheres que possuem aptidão para desempenhar essa tarefa.

Essas meninas compreendem as normas sociais pautadas no aprendizado cultural do homem hegemônico, aquele que é másculo, viril e rústico e da mulher universal que é calma, delicada e feminina. Esses atributos socialmente esperados acabam por influenciar as escolhas profissionais das mulheres. Aquelas que ingressam em atividades tradicionalmente exercidas por homens enfrentam cotidianamente os desníveis de poder entre mulheres e homens. Contudo, essa realidade também pode evidenciar a atual tendência de redução das desigualdades de gênero no mercado de trabalho, representando maiores ganhos para o país ao somar o trabalho da mulher como fonte de riqueza (LANDERDAHL *et al.*, 2013)

As demais áreas profissionais apresentadas, com exceção da construção civil, foram alocadas como atividades de “mulheres e homens” por exigirem habilidades intelectuais, motoras e artísticas. Essas habilidades são consideradas pelas meninas como indistintas para homens e mulheres, sendo um atributo individual e independente do gênero.

Entretanto, as meninas reconhecem que determinadas áreas como a aviação, engenharia e direção de cinema possuem poucas mulheres em atuação e com destaque profissional. Essa percepção evidencia as desigualdades sociais, de oportunidade e de reconhecimento profissional em decorrência do gênero. Como afirma Pansera (2014) “apesar de todos os avanços alcançados pelas lutas femininas, ainda percebe-se a presença da dominação masculina em diversos campos das representações sociais” (pág. 79).

A construção civil vem aumentando gradativamente o número de contratação de mulheres como mão-de-obra (LANDERDAHL *et al.* 2013). Essa foi a imagem mais discutida dentro do grupo das meninas, de modo que surgiram argumentos favoráveis e contrários a inserção das mulheres nessa área de trabalho. A inclusão de construção civil como atividade profissional de “mulher e de homem” se deu por conta da crescente aparição das mulheres nas

obras e a ideia de que o perfeccionismo das mulheres passa a ser uma vantagem no momento de contratação das trabalhadoras.

Após as problematizações as meninas ressaltaram que ainda que tenham determinado que algumas atividades deveriam ser executadas exclusivamente por homens elas compreendem que não há uma única forma adequada de ser mulher e que os interesses particulares devem ser respeitados. Durante as discussões, essas meninas se perceberam inseridas em um sistema que privilegia a desenvoltura dos homens para atividades que demandam força e agilidade, visto que elas mesmas fazem distinções de atividades entre os gêneros durante a classificação das atividades profissionais conforme esses critérios. Porém, através das experiências diárias – com pais, irmãos, primos, amigos – as meninas comentaram que percebem diversas formas e características de “ser homem”, sendo que muitas delas não estão vinculadas ao estereótipo da força física e coragem. Evidencia-se, portanto, o conflito entre o aprendizado da cultura hegemônica (teoria) com a realidade (prática).

As delimitações de normas sociais não são fixas, pois de acordo com o momento histórico, as sociedades apresentam diferentes paradigmas do que é apropriado e inapropriado para cada gênero. Hoje, o trabalho das mulheres é compreendido e almejado como busca por independência financeira, representando para essas estudantes liberdade. Como ressalta Landerdahl (2013), o trabalho é um importante mediador da relação do sujeito com o mundo, e por meio da socialização e cidadania é um forte instrumento da produção de subjetividades.

A busca por independência financeira fez com que as meninas apontassem o salário como o fator mais relevante para a escolha profissional, aliado à atividades que sejam do seu interesse. As meninas acreditam que o desenvolvimento profissional deve preceder a maternidade e o matrimônio, visando melhores condições de vida para ela e seus futuros filhos. Esse dado está em consonância com a argumentação de Anyon (1990) de que com o aumento do investimento escolar e acadêmico as pressões sociais e familiares tomaram novos contornos; sendo esperado que as mulheres se tornem profissionais de sucesso e com carreiras estabelecidas, desenvolvimento que deve ser atingido antes da maternidade.

Com o aumento da escolaridade entre as mulheres e o crescimento na participação no mercado de trabalho as perspectivas de vida e de trabalho mudaram, as mulheres passam a se enxergar com maior independência e liberdade, o casamento já não é mais o principal sentido

da vida das mulheres. Há grande preocupação no desenvolvimento da carreira e crescimento profissional (MIGUEL; TONELLI, 2008). Por outro lado o casamento não ficou esquecido para essas meninas, ele apenas está sendo postergado.

Embora a mulher tenha se inserido no mercado de trabalho, no espaço doméstico o paradigma ainda não mudou. Em consenso, as meninas afirmam que as mulheres são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico, ainda que exerçam atividade profissional em tempo integral. Aqui retomamos a questão da divisão sexual do trabalho que, corroborando com Hirata e Kergoat, (2007), na prática é desigual, exigindo que apenas as mulheres conciliem o trabalho doméstico e o profissional. Ainda que os homens ajudem no desenvolvimento de algumas tarefas domésticas elas se restringem ao auxílio.

No Quadro 3, organizado pelos meninos, é possível observar que, semelhante a categorização realizada pelas meninas, trabalhos ligados a eletricidade, marcenaria e coleta de lixo foram incluídos como atividades que deve ser realizadas de modo exclusivo por homens. As justificativas apresentadas pelos meninos a respeito dessas profissões foram exatamente as mesmas apresentadas pelas meninas. Assumiram como critérios: condição física, perigo e estética. Somado a essas três atividades profissionais estão também: a construção civil, engenharia e entrega de pizza.

A construção civil apresentou discussão semelhante à ocorrida no grupo das meninas, havendo tanto argumentos favoráveis a inserção como atividade de “mulher e de homem” quanto exclusiva de “homem”. Entretanto, pela concepção de ser uma atividade que demanda força física eles optaram em manter o item como exclusivo de homem. A supervalorização da força, virilidade e rusticidade são atributos esperados e almejados para a desenvoltura social dos homens. Nessa concepção de homem, há uma correlação direta com a masculinidade, e para que haja a “instituição de um sexo forte”, deve-se, conseqüentemente criar um “sexo frágil” – as mulheres” (ROMANI *et al.*, 2013).

Entrega de pizza foi alocado como atividade de homem por conta do perigo que ela representa, tendo em vista a alta quantidade acidentes com motocicletas e as fatalidades com que ocorrem. Essa categorização vai ao encontro da teoria de construção histórico-cultural dos gêneros. Velocidade e adrenalina culturalmente simbolizam o masculino que, em oposição ao feminino – dócil e tranquilo – almeja aventura e corre riscos. Por meio das brincadeiras, os

meninos são estimulados desde a infância a desenvolverem a curiosidade e o gosto por aventuras. Ao serem oferecidos carrinhos os meninos são ensinados a buscar o movimento, a dinâmica. Enquanto que, ao oferecer bonecas e panelinhas, ensinamos as meninas a permanecerem nos espaços privados, sendo zelosas e tranquilas (LOURO, 2014).

A última área profissional classificada como exclusiva de homem explicita relações de poder que envolvem mulheres e homens. Na perspectiva dos meninos, engenharia deveria ser exercida apenas por homens, pois “exige autoridade para comandar obras e coordenar os trabalhadores”, sendo portanto uma tarefa “difícil de ser realizada pelas mulheres”.

A imagem historicamente criada da mulher omite sua força e seu poder, o que dificulta projetá-la em cargos de destaque e liderança. Os gêneros são produzidos nas relações de poder e pelas relações de poder. “O poder produz sujeitos, fabrica corpos dóceis, induz comportamentos” (LOURO, 2014, pág. 44), de modo que impacta a autoimagem da mulher na esfera profissional, muitas vezes sendo inconscientemente determinante de suas escolhas, e reforça a perspectiva patriarcal dos homens quanto as funções sociais da mulher. Rosa e Silva (2015), ao analisarem imagens de mulheres em livros didáticos de Física, apontam que estes “reforçam estereótipos de gênero, apresentando mais mulheres em ambiente doméstico e homens em situações de protagonismo” (pg.83). Porém, como cabe às relações, esse cenário vem mudando, “afinal, homens e mulheres, através das mais diferentes práticas sociais, constituem relações em que há constantemente negociação, avanços, recuos, consentimentos, revoltas, alianças” (LOURO, 2014, pág. 44).

A aprendizagem de uma masculinidade hegemônica e universal atribui significados para as práticas cotidianas dos adolescentes. Justificados por diferenças biológicas, determinadas atividades tornam-se símbolos de masculinidade. Nesse sentido, os meninos delimitaram o trabalho doméstico como exclusivo de mulheres em decorrência do desconforto de se perceber realizando uma atividade que culturalmente é atribuída às mulheres. É a percepção de ferir a masculinidade. Masculinidade esta que foi construída tendo por base as distinções das normas sociais de gênero.

A colocação do trabalho doméstico como “tarefa de mulher” coincide com a fala das meninas de que são as mulheres as principais responsáveis pelo trabalho doméstico. Ou seja, ainda que tenhamos avançado muito na inclusão das mulheres no mercado de trabalho, pouco tem mudado quanto a participação dos homens no trabalho doméstico no âmbito familiar ou mesmo como uma possibilidade de trabalho remunerado. Casagrande (2008) nos faz refletir que inclusive no âmbito jurídico – do Código de Leis Trabalhistas de 1943/ Decreto-Lei N. 5.452/43 – o trabalho doméstico foi historicamente desvalorizado por não ser considerado um trabalho produtivo, e conseqüentemente, não apto a ser praticado por homens em um modelo de sociedade capitalista patriarcal

O art. 7º da CLT excluiu expressamente de sua tutela os trabalhadores rurais e os domésticos, sendo estes considerados os que “prestam serviços de natureza não-econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial destas”. O enunciado da lei revela o modo como este tipo de trabalho foi desde sempre desvalorizado em nossa sociedade (CASAGRANDE, 2008, pág. 22).

Diferentemente das meninas, mecânica foi incluída pelos meninos na categoria “mulher e homem”. Porém, essa classificação só foi mantida pela exigência de um dos meninos do grupo que afirmou ser uma mulher a profissional que cuida das revisões do carro da sua família. Somente após tecer diversos elogios de capacitação que o grupo foi convencido a manter a profissão como de “mulher e homem”, mas ainda com certo estranhamento.

As demais áreas profissionais foram mantidas como praticáveis por “mulheres e homens”. Não houve questionamento de nenhum dos grupos, meninas e meninos, quanto as profissões mais tradicionais da humanidade como a advocacia, medicina, educação e cabeleireiro. Esse resultado pode sugerir que por serem profissões muito antigas a desconstrução do preconceito e discriminação vem ocorrendo já a muito tempo por meio das mulheres que ousaram, com unhas e dentes, abrir espaço nessas profissões, inicialmente predominadas por homens.

4 Considerações Finais

Ainda que o sistema capitalista busque a produção de capital por meio da exploração da mão-de-obra, as mulheres vivenciam maiores dificuldades de inserção no mercado de trabalho e reconhecimento profissional que os homens, principalmente em cargos de liderança e nas atividades que demandam força física.

Nesse contexto foi possível constatar que a inclusão de mulheres nas atividades que são tradicionalmente exercidas por homens exerce grande influência nas escolhas profissionais das meninas que participaram desse trabalho, passando a ser para elas ícones de referência e resistência. E, paradoxalmente, como consequência da limitação cultural das normas de gênero, a autoimagem dessas meninas – de feminilidade e delicadeza – tendem a restringir e direcionar as escolhas profissionais.

Por outro lado, as mulheres estão cada vez mais sedentas de liberdade e independência financeira, preocupadas com o desenvolvimento profissional e estabilidade. A maternidade e o matrimônio ainda são partes importantes da vida das mulheres dessa localidade, mas tendem a ser adiadas.

As discussões realizadas permitem observar que no contexto estudado pouco avançamos na divisão sexual do trabalho doméstico, visto que os meninos delegam exclusivamente as mulheres tais atividades, o que coincide com a fala das meninas sobre suas experiências cotidianas. Ou seja, ainda que tenhamos avançado muito na inclusão das mulheres no mercado de trabalho, nesse contexto pouco tem mudado quanto a participação dos homens no trabalho doméstico. Livros didáticos de ciências, que são materiais com influência direta nas práticas docentes e construção conceitual nos estudantes, tendem a reforçar essa concepção (ROSA E SILVA, 2015; DINIZ E SANTOS, 2011?), e não há critérios na avaliação prevista pelo Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) que leve em consideração essa variante (PRALON E REGO, 2018).

Nota-se que os resultados obtidos com a classificação das imagens representativas de profissões, aliados as discussões realizadas *com e entre* as(os) estudantes, possuem critérios para diferenciações profissionais com base em elementos corporais, como força, e critérios culturais de feminilidades e masculinidades. Portanto, foram tomados como critérios, frequentemente produtores de desigualdades sociais, diferenciações biológicas entre corpos e

os significados culturais que a eles são atribuídos, ou seja, a Biologia está a permear toda uma discussão a respeito das possibilidades para as mulheres na esfera profissional.

Sendo assim, para a desconstrução de feminilidades e masculinidades a partir do sexo biológico e do rompimento direto entre sexualidade e reprodução, esse trabalho pode contribuir para o ensino de Biologia, estando engajado à desestruturação de desigualdades entre mulheres e homens no campo profissional a partir de discursos biológicos.

Referências

ALTMANN, H. **Rompendo fronteiras de gênero: Marias (e) homens na educação física**. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 1998. 111p. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/FAEC-85ZJEJ/1000000292.pdf?sequence=1> . Acesso em: 18 jan. 2019.

ANYON, J. Intersecções de gênero e classe: acomodação e resistência de mulheres e meninas às ideologias dos papéis sexuais. **Cadernos de Pesquisa**, n. 73. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, p. 13-25, 1990. Disponível em:

<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1093/1098> . Acesso em: 23 de out. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **PNLD 2018: apresentação - guia de livros didáticos - ensino médio**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretária de Educação Básica, 2017a. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/programas-do-livro/livro-didatico/guia-do-livro-didatico> . Acesso em: 29 maio 2019.

BRUSCHINI, C.; PUPPIN, A. B. Trabalho de mulheres executivas no Brasil no final do século XX. **Cadernos de Pesquisa**, v.34, n.121, p. 105-138, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a06n121.pdf> . Acesso em: 11 de out. 2018.

CASAGRANDE, C. Trabalho doméstico e discriminação. **Boletim CEDES**, Rio de Janeiro, pág. 21-26, 2008. Disponível em: <http://www.cedes.iuperj.br>. Acesso em: 28 de janeiro de 2018.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. **Revista Gênero**, v. 5, n. 2, 2005. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitos-das-mulheres/artigostesesdissertacoes/teorias_explicativas_da_violencia_contra_mulheres/o_movimento_feminista_no_brasil.pdf . Acesso em: 17 de nov. 2018.

DINIZ, G. A.; SANTOS, S. P. Discutindo as relações entre os gêneros em livros didáticos de ciências. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS, 8., 2011, Campinas. **Anais...** Campinas, [2011?], 12p. Disponível em: <http://www.nutes.ufrj.br/abrapec/viiienpecresumos/R0835-2.pdf> . Acesso em: 29 maio 2019.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomáz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011. p. 102.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, pág. 595-609, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf> . Acesso em: 21 de nov. 2018.

LANDERDAHL, M. C.; VIEIRA, L. B.; CORTES, L. F.; PADOIN, S. M. D. M. Processo de empoderamento feminino mediado pela qualificação para o trabalho na construção civil. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, pág. 306-312, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452013000200015&lng=en&nrm=iso&tlng=pt . Acesso em: 02 dez. 2018.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 16.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 184 p.

MIGUEL, R. B. P. TONELI, M. J. F. De “moça prendada” a “menina superpoderosa”: análise das seções de cartas de leitoras da revista *Capricho* (1954-2004). **História Unisinos**, São Leopoldo, Rio Grande do Sul, v. 12, n. 2. p. 168-179, 2008. Disponível em: [file:///C:/Users/bianca/Downloads/5427-17077-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/bianca/Downloads/5427-17077-1-SM%20(1).pdf) . Acesso em: 12 abr. 2019.

PANSERA, G. C. **Senhores passageiros, aqui quem fala é a comandante...**: Os desafios das mulheres pilotos na aviação brasileira. 2014. 134 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/130036> . Acesso em: 27 de jan. de 2019.

PRALON, L. H.; REGO, S. C. R. Imagens em livros didáticos de ciências e as orientações do programa nacional do livro didático. **Ensaios Pedagógicos (Sorocaba)**, v.2, n.3, set./dez., p. 5-15, 2018. Disponível em: <http://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/104> . Acesso em: 29 maio 2019.

PROBST, E. R.; RAMOS, Paulo. A evolução da mulher no mercado de trabalho. **Instituto Catarinense de Pós-Graduação**, v.1, n.1, pág.1-8, 2013. Disponível em: http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/artigo_jan_gen_a_evolucao_da_mulher_no_mercado_de_trabalho.pdf . Acesso em: 07 de nov. de 2018.

ROMANI, P. F.; WINCK, G. E.; STREY, M. N. Consumismo na pós-modernidade: uma questão de gênero? **Ciências Sociais Unisinos**, v. 49, n. 3, p. 263-268, 2013. Disponível em: http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2013.49.3.05/3824. Acesso em: 09 de nov. de 2018.

ROSA, K.; SILVA, M. R. G. DA. Feminismos e ensino de ciências: análise de imagens de livros didáticos de física. **Revista Gênero**, v. 16, n. 1, p. 83–104, 2015. Disponível em: <http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/747> . Acesso em: 29 maio 2019.

SCAVONE, L. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 16, p. 137-150, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n1_6a08.pdf . Acesso em: 23 de maio de 2019.

Revisão gramatical realizada por: Fátima Sueli de Figueiredo
Email: su.elifigueiredo@hotmail.com